

**A BIOLOGIA COMO CIÊNCIA RESPONSÁVEL PELO RACISMO ESTRUTURAL:  
ASPECTOS HISTÓRICOS, CIENTÍFICOS E POLÍTICO-FILOSÓFICOS****LA BIOLOGÍA COMO CIENCIA RESPONSABLE DEL RACISMO  
ESTRUCTURAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, CIENTÍFICOS Y POLÍTICO-  
FILOSÓFICOS****BIOLOGY AS A SCIENCE RESPONSIBLE FOR STRUCTURAL RACISM:  
HISTORICAL, SCIENTIFIC AND POLITICAL-PHILOSOPHICAL ASPECTS**

Recebido em: 14/08/2022

Aceito em: 30/08/2022

Manuel Alves de Sousa Junior<sup>1</sup> 

**Resumo:** O estudo aborda aspectos importantes sobre como a biologia foi utilizada para legitimar o racismo estrutural no Brasil. Foi realizada uma pesquisa sobre como as Teorias Raciais do Século XIX e seus desdobramentos utilizaram os aspectos biológicos para justificar uma suposta superioridade de grupos humanos sobre outros, sobretudo de brancos sobre não brancos. Para um completo entendimento foi necessário também abordar no estudo os aspectos históricos, como a escravidão, conferência de Berlim, colonialismo e imperialismo, situação europeia e brasileira em fins do século XIX e início do século XX. Os mitos da democracia racial e do fardo do homem branco ajudam a entender a legitimação da superioridade branca. Como embasamento teórico, filosófico e político, o artigo traz a biopolítica foucaultiana (poder e o racismo de Estado) Giorgio Agamben (vida nua), Achille Mbembe (necropolítica) e Judith Butler (precariedade), que com seus conceitos ajudam a entender e refletir sobre o tema e suas reverberações para a atualidade do racismo brasileiro. Como reflexões finais, trazemos que a biologia, enquanto ciência, não pode ser culpada, no entanto, é inegável que foi utilizada por intelectuais brasileiros para legitimação da superioridade branca e ajudou na instituição do racismo estrutural, individual e institucional no Brasil.

**Palavras-chave:** Racismo científico; Racismo estrutural; Teorias raciais; Biologia.

**Resumen:** El estudio aborda aspectos importantes de cómo se utilizó la biología para legitimar el racismo estructural en Brasil. Se realizó una investigación sobre cómo las Teorías Raciales del siglo XIX y sus desarrollos utilizaron aspectos biológicos para justificar una supuesta superioridad de los grupos humanos sobre otros, especialmente de los blancos sobre los no blancos. Para una comprensión completa, también fue necesario abordar en el estudio los aspectos históricos, como la esclavitud, la conferencia de Berlín, el colonialismo y el imperialismo, la situación europea y brasileña a fines del siglo XIX y principios del XX. Los mitos de la democracia racial y la carga del hombre blanco ayudan a comprender la legitimación de la superioridad blanca. Como base teórica, filosófica y política, el artículo trae las biopolíticas foucaultianas (poder y racismo de Estado) Giorgio Agamben (vida desnuda),

<sup>1</sup> Doutorando em educação na UNISC e Mestre em Bioenergia pela UniFTC Salvador (2011), Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (2002), graduação tecnológica em Segurança do Trabalho pela UNIASSELVI (2016), Graduação em Licenciatura em História pela UNIJORGE (2020), MBA em História da Arte pela Estácio (2020) e Especialização em Análises Clínicas pela UCSal (2004). E-mail: bayebiologo@gmail.com

Achille Mbembe (necropolítica) y Judith Butler (precariedad), que con sus conceptos ayudan a comprender y reflexionar sobre el tema y sus reverberaciones para el racismo brasileño actual. Como reflexiones finales, traemos que la biología, como ciencia, no puede ser culpada, sin embargo, es innegable que fue utilizada por los intelectuales brasileños para legitimar la superioridad blanca y ayudó en la institución del racismo estructural, individual e institucional en Brasil.

**Palabras-chaves:** Racismo científico; Racismo estructural; teorías raciales; Biología.

**Abstract:** The study addresses important aspects of how biology was used to legitimize structural racism in Brazil. A research was carried out on how the Racial Theories of the 19th century and its developments used biological aspects to justify a supposed superiority of human groups over others, especially whites over non-whites. For a complete understanding it was also necessary to address in the study the historical aspects, such as slavery, Berlin conference, colonialism and imperialism, European and Brazilian situation at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. The myths of racial democracy and the white man's burden help to understand the legitimation of white superiority. As a theoretical, philosophical and political basis, the article brings the Foucauldian biopolitics (power and state's racism) Giorgio Agamben (bare life), Achille Mbembe (necropolitics) and Judith Butler (precariousness), which with their concepts help to understand and reflect on the subject and its reverberations for the present day of Brazilian racism. As final reflections, we bring that biology, as a science, cannot be blamed, however, it is undeniable that it was used by Brazilian intellectuals to legitimize white superiority and helped in the institution of structural, individual and institutional racism in Brazil.

**Keywords:** Scientific racism; Structural racism; racial theories; Biology.

## INTRODUÇÃO

A biologia foi utilizada como justificativa para diversas teorias raciais no final do século XIX e início do século XX. O desconhecimento científico aprofundado, aliado com interesses escusos de uma elite intelectual branca, fizeram com que a ciência fosse utilizada para legitimar preceitos que, no futuro, culminaram no racismo.

O objetivo desta pesquisa está em discutir aspectos históricos, científicos e político-filosóficos que abordam como a biologia foi utilizada para legitimar o racismo estrutural presente atualmente na sociedade brasileira. O racismo de estado e a biopolítica de Michel Foucault, aliado com a necropolítica de Achille Mbembe serão utilizados como lentes teóricas para a discussão, auxiliados pela precariedade de Judith Butler e pelo conceito de Vida Nua de Giorgio Agamben.

Nesse sentido, o artigo está dividido em 3 seções: A primeira parte será destinada a contextualizar historicamente os elementos que contribuíram para o racismo estrutural. A segunda seção será destinada à reflexão científica sobre as teorias raciais que utilizaram

mecanismos biológicos para tentar explicar a superioridade branca sobre as demais raças e etnias. Por último, discutiremos filosoficamente como as interferências políticas, biopolíticas, necropolíticas e precárias dialogam com o tema.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho foi realizado a partir de estudos sobre eugenia, teorias raciais, racismo de estado e biopolítica desenvolvidos no processo de doutoramento do autor através da participação no grupo de pesquisa Identidade e Diferença na Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. O trabalho foi motivado e buscou responder o problema: De que forma e com quais argumentos a biologia pode ser considerada também como responsável pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira?

A metodologia adotada foi qualitativa, já que não houve análises estatísticas e exploratória, já que tem o interesse de explorar o tema sob seus mais diversos vieses com o objetivo de torná-lo mais explícito, além de constituir hipóteses. A pesquisa também pode ser considerada descritiva, pois demonstra as características de determinada população e também explicativa, já que tenta identificar os fatores que interferem na ocorrência de determinados fenômenos (BOAVENTURA, 2004).

De modo a alcançar o objetivo metodológico, foi necessário realizar um extenso levantamento bibliográfico com artigos, livros e demais publicações acadêmicas impressas e em meio virtual, como também portais jornalísticos confiáveis sobre os temas. O trabalho é ancorado teoricamente nos estudos de racismo de estado e biopolítica do filósofo francês Michel Foucault, nos estudos de necropolítica do teórico camaronês Achille Mbembe, além da filósofa estadunidense Judith Butler.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS**

Para entendermos como o racismo estrutural foi legitimado na sociedade brasileira e como a biologia foi, de certa forma, culpabilizada, precisamos voltar aos contextos históricos que remetem à origem desse fenômeno.

A escravidão moderna negra do ocidente não foi premeditada. Ela foi um processo que foi ocorrendo conforme as oportunidades apareciam. Portugal foi o primeiro país a se unificar enquanto Estado moderno e conseguiu o pioneirismo no que ficou conhecido como “As

Grandes Navegações”, uma série de expedições financiadas pela coroa portuguesa ao longo de décadas e que desbravava locais desconhecidos para a sociedade europeia.

Desse modo, em 1441 em uma viagem liderada por Antão Gonçalves, dois mouros (muçulmanos) foram sequestrados na costa africana e devolvidos meses depois mediante o pagamento do resgate de 10 escravizados africanos e um pouco de ouro (FERREIRA; DIAS, 2017). Era o embrião do tráfico de escravizados e “Assim, se iniciava o tráfico de escravizados negros a partir da expansão portuguesa, pela costa da África, à procura de ouro, especiarias e riquezas.” (SOUSA JUNIOR, 2022, p. 317).

Ainda em 1441 o primeiro navio negreiro chegada à Lisboa carregado de negros escravizados africanos, em 1444 já existia uma empresa exclusiva para a gestão negreira para abastecer as ilhas atlânticas já dominadas por Portugal. Em 1448, apenas no país Ibérico já existia mais de mil negros escravizados e em 1551, a população de Lisboa, estimada em cem mil pessoas, já contava com 10 mil negros escravizados (SCHWARTZ, 1988).

Considerando o primeiro navio negreiro que, segundo Schwartz (1988), chegou em Portugal em 1441 até a abolição da escravatura no Brasil, último país ocidental a acabar com a prática escravagista, foram 447 de escravidão atlântica. Mbembe (2016) ao cunhar o conceito de necropolítica a partir dos estudos foucaultianos sobre biopolítica, chega a dizer que o processo escravista ocidental repovoou o mundo.

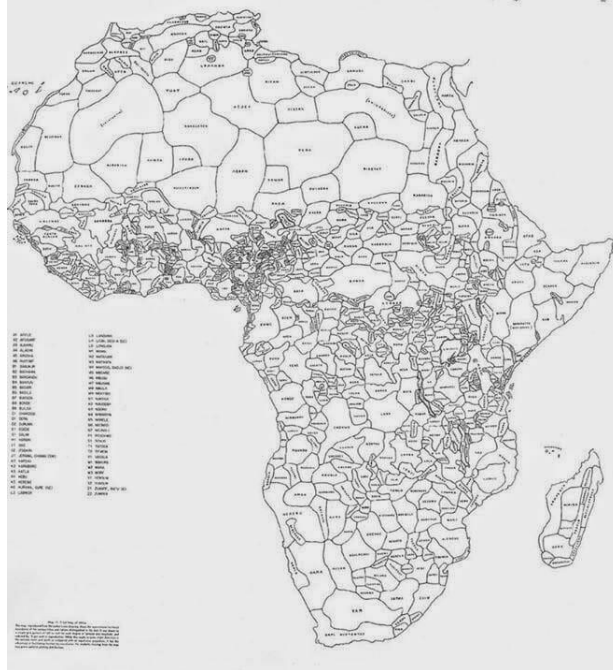
No século XIX o imperialismo e neocolonialismo marcaram presença no ocidente resultando em outro golpe aos continentes africano e asiático. As nações europeias estavam em plena revolução industrial e precisavam de mercado consumidor para escoar suas produções. As terras africanas e asiáticas eram exploradas e suas riquezas levadas para a Europa

em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ela acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim –, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada (ROCHA; BARBOSA, 2013, p. 340).

A figura 1 traz o mapa africano baseado em suas etnias e idiomas, pode-se observar que é bem diferente das fronteiras atuais dos 54 países africanos. Será que o mapa africano seria desse modo nos dias atuais se não tivesse ocorrido o processo colonial? A efervescência e avidez por novas terras, poder e riquezas pelos países europeus era tamanha que disputas acirradas e guerras aconteciam a todo momento entre eles. A Alemanha, um dos últimos Estados europeus a se unificar enquanto nação também queria o seu quinhão de terras africanas

e propôs a realização da Conferência de Berlim, que também ficou conhecida por Partilha da África, visto que nessas reuniões que ocorreram de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, resultou em um verdadeiro fatiamento da África por países europeus que gerou enormes consequências sociais, políticas e econômicas para todo o continente.

FIGURA 1 - Como a África seria se suas fronteiras fossem definidas por etnias e idiomas.



Fonte: FERREIRA, 2013.

A partilha e a conquista não eram inevitáveis para a África, como dado inscrito na sua história. Ela foi a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa, iniciado bem antes do século XIX, motivado pela exploração econômica do continente. Foi a resistência africana a esse processo que precipitou a conquista militar efetiva (ROCHA; BARBOSA, 2013, p. 344).

Apesar de não estudar sobre a escravidão e imperialismo, podemos refletir sobre o que Michel Foucault fala sobre o poder. O filósofo fala que o poder é a máquina para guerras e genocídios mundo afora, que

o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apóia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1995, p. 242).

Depois de muita resistência ao longo de décadas a fio, os países da África começaram os seus processos de independência, que na maioria dos casos, senão em sua totalidade, evoluíram para guerras civis, algumas duram até os dias atuais em muitos locais. Um dos motivos para as inúmeras guerras civis em solo africano foi o fato dos europeus terem definido as fronteiras dos países africanos com base em seus interesses, não respeitando o mapa étnico do continente (figura 1). Desse modo mantiveram etnias e povos diferentes, muitas vezes rivais, dentro do mesmo território, acirrando disputas e rivalidades entre eles. Não aprofundaremos neste ponto por não ser o objetivo desta pesquisa, apesar de importante para os estudos afrodiaspóricos.

É importante ressaltar, que os europeus brancos utilizaram alguns mitos para justificar o colonialismo e imperialismo, como o Mito do fardo do homem branco, no qual os brancos tinham a missão moral de levar civilização para os outros povos, sendo a principal responsabilidade no imperialismo, em detrimento, inclusive, das explorações dos recursos naturais. Em 1899, o poeta inglês publicou um poema com 7 estrofes intitulado *The White Man's Burden*, que significa “O fardo do homem branco”, em tradução livre (FERRO, 2004).

Outros mitos similares reverberaram pelo mundo para tentar explicar e justificar a supramacia branca ou o racismo, como o Mito da Democracia Racial em voga no Brasil nas primeiras décadas do século XX, no qual os intelectuais acreditavam que não existia racismo no Brasil e sim, que havia uma igualdade racial. O principal expoente para este mito foi a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, publicada em 1933, mas não apenas ela. Outras obras do período também ajudavam na constituição deste mito como verdade (BERNARDINO, 2002).

Entre 1871 com o fim da Guerra Franco-Prussiana e 1914 com o início da Primeira Guerra Mundial, a Europa viveu um período de efervescência, pois não haviam guerras em seu território. Este período, conhecido como Belle Époque, ou Bela Époque em tradução livre, foi um período em que as artes, cultura, ciência, tecnologia e indústria prosperaram muito. Diversos eventos envolvendo cientistas de vários países ocorreram e alavancaram a ciência, como o Congresso Mundial das Raças em Londres em 1912 e o I Congresso Internacional de Antropologia Criminal em Roma em 1885. A 2ª edição deste último ocorreu em Paris em 1889 (DAMON, 1991). Estes eventos foram citados propositalmente, visto que são algumas das atividades científicas em alta no período que utilizaram conhecimentos, então considerados



científicos, para legitimar a supremacia branca em detrimento a outros povos e etnias que serão abordados na próxima seção deste artigo.

Todo o cenário histórico citado, aliado ao processo escravagista (colonial e imperial) no Brasil, somado ao fato de ter sido o último país ocidental a abolir a escravidão e no pós libertação oficial não ter ocorrido nenhum tipo de política pública ou reparação, relegaram aos negros um papel à margem da sociedade desde o final do século XIX e continuando ao longo das primeiras décadas do século XX.

### **ASPECTOS CIENTÍFICOS**

Diversas teorias raciais baseadas em ciência e políticas como desdobramentos científicos foram implementadas em todo mundo. No Brasil não foi diferente, os intelectuais que viajavam para a Europa traziam o que havia de mais novo na ciência por lá, bem como os seus filhos que retornavam após temporadas de estudos no velho continente voltavam com as ideias frescas.

Entre os séculos XVIII e XIX os dogmas e verdades religiosos passaram a ser questionados, passava a ser necessário algum método para classificar e categorizar o mundo natural. “O homem, sendo parte da natureza, começa a ser estudado sob a ótica das técnicas utilizadas nas ciências naturais. Nascia a antropometria.” (MACEDO, 2016, p. 129). Segundo Hofbauer (2006, p. 119) “as distinções entre raças superiores e inferiores elaboradas referiam-se cada vez menos a uma ordem natural divinizada e cada vez mais a um ideário biológico e/ou a escalas de evolução”. Era de fato a biologia sendo usada para legitimar uma hierarquia evolutiva entre as raças. Os métodos antropométricos passaram a ser cada vez mais utilizados.

A fisiognomonia de Johann Kasper de Lavater (1741-1801), conhecida como a ciência do rosto, apresentava um método para desvendar o caráter dos indivíduos a partir da fisionomia. Já a frenologia foi uma ciência que ganhou destaque na primeira metade do século XIX na França. Organizada por Franz Joseph Gall (1758-1828) e seu discípulo Johann Gaspar Spurzheim (1776-1832), consistia em analisar a caixa craniana, sua conformação, protuberâncias e tamanho designando diferentes aspectos da personalidade dos indivíduos (MACEDO, 2016).

A frenologia serviu de fundamento para a antropologia criminal, cujo principal expoente foi o italiano Cesare Lombroso (1835 - 1909), foi uma ciência também chamada de biologia

criminal, era baseada nas características físicas como fundamento para a propensão aos crimes. Desse modo, os criminosos de cada crime eram analisados criteriosamente e engrossavam as estatísticas. Essa ciência movimentou a Europa, com eventos envolvendo centenas de pessoas. Os cientistas levavam seus crânios e faziam exposições em diversos locais da Europa demonstrando suas teses científicas (DAMON, 1991). Essa ciência chegou em solo brasileiro tendo um dos principais defensores o médico Raimundo Nina Rodrigues (1862 - 1906), que chegou a defender que a legislação brasileira deveria ter dois códigos penais, um para brancos e outro para não brancos, visto que a propensão ao crime era diferente em cada uma dessas categorias raciais (CORRÊA, 2013).

A eugenia chegou a ter status de ciência, o precursor de sua criação foi Francis Galton (1822 - 1911), inglês e primo de Charles Darwin (1809-1882). Muito popular na primeira metade do século XX, a eugenia pretendia o melhoramento humano através da pureza racial, onde os preconceitos sociais e raciais imperavam e moldavam o domínio biológico em prol do progresso nacional, oscilando desde defensores de medidas reformistas sanitárias e educacionais até propostas radicais de aprimoramento do perfil racial pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados inaptos (BONFIM, 2017). Enquanto ciência que se firmava no meio científico, a eugenia utilizou o debate científico no campo da biologia, para isso, flertou com diversas teorias em voga à época. O movimento eugênico também inferiu no campo social através de medidas eugênicas para o melhoramento humano atuando “sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores” (BONFIM, 2017, p. 89).

Conferências públicas, pesquisas variadas, literatura especializada, periódicos, congressos e eventos diversos, ligas, sociedades e concursos eugênicos foram algumas das ações e atividades que a eugenia promoveu no Brasil em várias frentes de intelectualidade, antropologia, direito e medicina. Muitos eugenistas conseguiram realizar contatos políticos afinados e participaram ativamente na conformação de políticas sociais em áreas como saúde, educação, política imigratória, higiene social e sanitarismo (BONFIM, 2017).

Teoria social e racial inspirada nos postulados do inglês Charles Darwin, o darwinismo social foi influenciado pela Teoria Evolutiva de Darwin, que por sua vez, era baseada na atuação da seleção natural dos indivíduos de determinada espécie perpetuando as linhagens dotadas de variações mais adaptáveis às condições e adversidades do meio ambiente.



Hobsbawm (2000, p. 352) afirma que “[...] se uma única teoria científica deva representar o avanço das ciências naturais em nosso período, e era de fato reconhecida como crucial, essa teoria é a da evolução, e se uma única figura dominou a imagem pública na ciência, essa foi [...] Darwin”. E complementa “O ‘Darwinismo social’ e a antropologia ou biologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política” (p. 372). O pensamento da época se retroalimentava de modo que “os pobres eram pobres porque biologicamente inferiores, e por outro lado, se cidadãos pertenciam às ‘raças inferiores’, não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados.”

Outras teorias, políticas e projetos utilizaram a biologia para legitimar uma suposta supremacia branca, como a higienização social e o branqueamento da população. Ao longo do século XX todas foram refutadas com evidências científicas, principalmente a partir da constatação científica de que a raça é uma construção sociológica e que a porcentagem biológica que separa as chamadas raças humanas é mínima, insuficiente para separar os humanos em raças, como ocorre com outros animais.

## **ASPECTOS POLÍTICO-FILOSÓFICOS**

Quando abordamos as questões teóricas para tratar do assunto em questão percebemos que o racismo estrutural está enraizado em cada canto da sociedade e que a Biopolítica de Michel Foucault, Vida Nua de Giorgio Agamben, Precariedade de Judith Butler e Necropolítica de Achille Mbembe ajudam muito a entendermos as questões político-filosóficas que embasam esse tema.

Para Foucault (2005) o Racismo de Estado consiste em uma prática em que o extermínio e os massacres são justificados seguindo a lógica do biopoder na conjuntura política neoliberal e biopolítica do poder. Desse modo, o biopoder exerce seu direito de morte e abandono da vida em nome do conjunto populacional governado, ou seja, a morte de uns se dá pela vida de outros. A morte do inferior, do anormal, da raça ruim beneficia a vida de outros, tornando a vida mais sadia e pura (FOUCAULT, 2005). Desse modo, os grupos vão se delineando sobre quem pode morrer, os mais fracos, os doentes, os loucos, os anormais, os pretos e assim por diante. Desse modo, a raça que, inicialmente, foi constituída como biológica e depois se tornou sociológica, acaba por ser um dos principais fatores determinantes para o exercício do biopoder e racismo de Estado.

No racismo de Estado vai funcionar o “se você quer viver, é preciso que o outro morra”, sendo compatível com o biopoder. Não é uma relação militar, guerreira ou política, mas uma relação biológica

quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Foucault (2020, p. 147) diz que “As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver”.

A biopolítica vai introduzir então não somente instituições de assistência, mas também mecanismos mais sutis e economicamente mais racionais. A biopolítica vai lidar com o novo corpo, o corpo múltiplo, com inúmeras cabeças, não infinito, mas muito numeroso, diferente da disciplina que lidava antes com o corpo individual. Nesse sentido, o “deixar morrer” passa a ser normalizado diante da máxima da biopolítica “Fazer viver e deixar morrer” e a sua normalização passa a ser aceita e até incentivada. Esse incentivo, quando legitimado pelo Estado e por instituições é o que podemos chamar de Necropolítica. Esse conceito, cunhado por Achille Mbembe, traz o governo da morte. Nele, o “Deixar morrer” da biopolítica se transforma em “Fazer morrer”.

Mbembe (2016) faz um deslocamento do pensamento foucaultiano da biopolítica para formular o conceito de necropolítica, ele diz que a escravidão, pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. O autor traz a noção de necropolítica e necropoder para explicar os mundos de morte do mundo contemporâneo. “Lidar com a morte é, portanto, reduzir o outro e a si mesmo ao status de pedaços de carne inertes [...]. Nesse caso, trata-se de uma guerra corpo a corpo. Matar requer a aproximação extrema com o corpo do inimigo” (MBEMBE, 2016, p. 143).

Agamben vem colaborar com esse diálogo ao trazer o conceito de Vida Nua. Que são aquelas vidas que são tão descartáveis que nem são dignas de ser consideradas mortas como algum sacrifício, são vidas que podem ser mortas sem serem consideradas como assassinatos. A Vida Nua é submetida ao soberano e ao seu arbítrio, como uma modalidade biológica, sendo

dominante da vida por toda a parte. A Vida Nua não pode ser pensada como um estado biológico natural que foi anexada ao regime jurídico de estado de exceção. Pois ela é precisamente, junto com o poder soberano, o produto dessa máquina biopolítica (PELBART, 2011).

Colaborando com o tema, Judith Butler, na leitura de Leite Junior, Amazonas e Siqueira (2020) dizem que a Precariedade é conceito que aumenta as reivindicações sociopolíticas em relação à vida e ao direito à sobrevivência. Para a filósofa, a precariedade é uma condição inata do ser humano, todos somos precários em algum aspecto (BUTLER, 2015). Desse modo, a precariedade é uma “condição intrínseca ao processo de interdependência e regulamentação que mobiliza e expõe o sujeito a operação de forças sociais e políticas que resultam no seu processo de sociabilidade e que contornam, relativamente, suas possibilidades de sobrevivência” (LEITE JUNIOR; AMAZONAS ; SIQUEIRA, 2020, p. 109).

Esta seção trouxe apenas noções muito básicas sobre os conceitos cunhados pelos autores citados que servem como pontos de partida para uma leitura aprofundada para que se possa compreender melhor de que forma esses conceitos dialogam com a construção social e não biológica do conceito de raça e os olhares possíveis teóricos sobre os mesmos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intenção deste texto não é esgotar esses assuntos, o que seria impossível, mas sim trazer à tona a reflexão da culpabilidade associada à biologia pelo racismo estrutural, ocasionado principalmente por intelectuais brancos a partir de leituras de teorias raciais, por sua vez, construídas socialmente e não biologicamente.

Hobsbawn (2000) afirma que a separação e categorização de raças levou à criação das raças consideradas inferiores porque “representavam um estágio anterior a evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas” (p. 370), ou seja, existia toda uma hierarquização da evolução das raças, com o branco europeu no topo dessa cadeia evolutiva. Para a intelectualidade, a inferioridade era comprovada, pois a raça superior era dotada de tecnologia mais avançada, era militarmente mais poderosa, mais rica, e claro, mais bem sucedida nos caminhos da humanidade.

Desse modo, podemos deixar aqui como reflexão que a biologia foi culpabilizada injustamente pelo tema em questão, principalmente como consequência das teorias raciais que ajudaram a instituir o racismo no Brasil que na contemporaneidade é considerado como

estrutural. Entender a história, a ciência, a filosofia e a política são fundamentais para a construção de uma noção crítica sobre o tema.

### **AGRADECIMENTO**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### **REFERÊNCIAS**

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas. 2004.

Boaventura, Edvaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar**: uma história da eugenia no brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORRÊA, Marisa. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 3 ed., rev. amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

DAMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Tradução de Regina Grisse de Agostino.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. **A vida e os feitos dos navegadores e descobridores ao serviço de Portugal (1419-1502)**. Lisboa: Verso da Kapa, 2017. 188 p. (Série: O que todos precisamos de saber).

FERREIRA, Wladimir Jansen. **Mapas de etnias/nações e países no continente africano**. 2013. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapas-de-etniasnacoes-e-paises-continente-africano/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

FERRO, Marc. **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382 p. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: volume 1 - a vontade de saber. 10. ed. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 175 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia). Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma estratégia filosófica –além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

HOBBSAWM, 2000. **A era do Capital**, 1875 – 1914. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 350 p.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

LEITE JUNIOR, Francisco Francinete; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; SIQUEIRA, Hermógenes Abraão Paz. O conceito de precariedade e as contribuições teóricas de Judith Butler para a compreensão da prática política da psicologia. **Revista Ciências Humanas**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 102-114, 31 ago. 2020. Revista Ciências Humanas. <http://dx.doi.org/10.32813/2179-1120.2020.v13.n2.a637>.

MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.

MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848). **Revista humanidades em diálogo**, v. 7, n -, p. 127-145, 2016.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

ROCHA, Maria Corina; BARBOSA, Muryatan Santana. **Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013. Coordenação e edição de Valter Roberto Silvério. 784 p.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. Primórdios e bases da escravidão negra no ocidente: Povoamento da Terra, Igreja Católica e Portugal. In: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdán (orgs). **Questões raciais: Educação, perspectivas, diálogos e desafios**. Itapiranga: Schreibern, 2022. Cap. 23. p. 309 - 319